

# Tribunal popular julga acusados de chacinas

Raimundo Valentim/AE

*Julgamento simbólico foi promovido pela Coordenadoria de Direitos Humanos da prefeitura de Belo Horizonte; polícia, autoridades, garimpeiros e própria sociedade foram condenados por 212 execuções*

**EVALDO MAGALHÃES**

**B**ELO HORIZONTE — A Coordenadoria de Direitos Humanos da prefeitura de Belo Horizonte promoveu ontem à noite, na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade, um grande tribunal popular no qual foram julgados, simbolicamente, os acusados de oito chacinas ocorridas em diferentes pontos do País desde 1990.

No final, os jurados votaram unanimemente pela condenação dos réus — dezenas de policiais e garimpeiros, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a própria sociedade — pelas chacinas de Acari, Viçário Geral e Candelária, no Rio, Carandiru, em São Paulo, Taquaril, em Belo Horizonte, dos índios ianomâmis, em Roraima, de Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no Pará. No total, foram mortas nesses massacres 212 pessoas.

O julgamento, que começou às 18 horas, foi presidido pelo secretário-geral da Associação de Juizes de São Paulo, desembargador Celso Luís Limongi. O advogado de defesa dos réus foi o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, Carlos Eduardo Pellegrini di Pietro. O ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira atuou como promotor. "Creio que cada um de nós também deve ser condenado, pois ficamos muitas vezes impassíveis, sem capacidade até de nos indignarmos com o que está acontecendo", disse Junqueira.

Entre as testemunhas, foram convocados a líder do Movimento dos Sem-Terra, Diolinda Alves de Souza, o cacique Baiara, da tribo ianomâmi, e a lavradora Maria Pereira da Silva, que presenciou o confronto entre trabalhadores e PMs no Pará.

Políticos, jornalistas e artistas atuaram como jurados e observadores do julgamento. Segundo o deputado Milmaro Miranda (PT-MG), que integrou o júri, o governo federal e os governos do Rio, do Pará, de Rondônia, Roraima, Minas e São Paulo foram omissos e negligentes em relação aos crimes. "Também entendemos que o Congresso Nacional teve e tem a sua parcela de culpa."

O último jurado a votar, perto das 22 horas, foi o ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida. Ao proferir o voto, ele disse que o tribunal popular é um "grito de alerta para que toda a sociedade se mobilize contra a impunidade no Brasil".

Dom Luciano também ressaltou que pelo menos duas ações são necessárias para que crimes como o massacre dos ianomâmis ou o assassinato de sem-terra no Pará não se repitam. "Temos de cobrar a demarcação urgente das terras indígenas e a aplicação de leis complementares para a reforma agrária

e a política agrícola no País."

Segundo cálculos da Polícia Militar, cerca de 500 pessoas acompanharam o julgamento.

**Óbito falso** — A representante no tribunal do Movimento Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, informou que, sábado, o Conselho Paulista de Medicina julgará o médico legista Pêrsio Carneiro, acusado de ter fornecido um laudo de óbito falso para justificar o assassinato do preso político Joaquim Alencar de Seixas.

Detido em 1971 no DOI-Codi de São Paulo, ele morreu torturado ao lado do filho, Ivan Seixas, mas o atestado de óbito assinado por Carneiro sustenta que ele foi vítima de um tiroteio com a polícia.

**CONSELHO  
PAULISTA DE  
MEDICINA  
JULGA LEGISTA  
QUE TERIA  
ATUADO EM  
TORTURA**